

RECURSO ESPECIAL Nº 1.654.962 - PE (2017/0035221-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : REGINALDO ALVES BARRETO
ADVOGADO : JOÃO BATISTA DE FREITAS - PE012112

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO DO TETO DO RGPS. EMENDAS CONSTITUCIONAIS NºS 20/98 E 41/03. BENEFÍCIOS ANTERIORES. APLICAÇÃO RESTRITA AQUELES QUE SOFRERAM LIMITAÇÃO À ÉPOCA DA CONCESSÃO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

I. Cuida-se de ação ordinária proposta por Reginaldo Alves Barreto em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a adequação do valor da renda mensal de sua aposentadoria especial (NB 043.706.852-8), concedida em 17/12/1990, aos limites máximos dos salários-de-contribuição previstos no art. 14 da Emenda Constitucional 20/1998 e no art. 5º da Emenda Constitucional n.º 41/2003; e ao pagamento das diferenças, devidamente corrigidas.

II. O MM. Juiz julgou procedentes os pedidos, determinando a adequação da aposentadoria da parte a quo autora, observando os tetos fixados pelas EC nº 20/98 e EC nº 41/2003 e condenando a autarquia ré no pagamento das parcelas atrasadas, respeitada a prescrição quinquenal, com atualização nos termos do art. 1-F da lei nº 9.494/97, com redação dada pela 11.960/09. Houve condenação em honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais)

III. Em suas razões, o INSS pugna pelo reconhecimento da decadência pela consumação do prazo decenal previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91. Requer o reconhecimento da prescrição quinquenal. Defende, no caso de reconhecimento do pedido, que o termo inicial dos efeitos financeiros seja a data da citação, sob o argumento de que não houve requerimento administrativo. Ao fim pleiteia a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009.

IV. Já a parte autora apela requerendo a majoração dos honorários advocatícios, para que estes sejam fixados em 10% sobre o valor da

condenação.

V. 'Não incide a decadência prevista no art. 103, caput, da Lei 8.213/1991 nas pretensões de aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 a benefícios previdenciários concedidos antes dos citados marcos legais, pois consubstanciam mera revisão das prestações supervenientes ao ato de concessão.' (EDcl no AgRg no REsp 1444992/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 28/04/2015, DJe 04/08/2015)

VI. O Pleno do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 564.354, Rel. Ministra Carmem Lúcia, apreciou a questão atinente à revisão da renda mensal dos benefícios previdenciários, a fim que seja aplicado, para aqueles concedidos anteriormente, o novo valor do teto instituído pelas EC nº 20/98 e 41/03, nos valores de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

VII. No referido julgado, a Ministra Relatora consignou, expressamente, que não se estava discutindo o direito a reajuste automático em face de um novo teto previdenciário trazido por uma emenda constitucional, mas apenas se, majorado o teto, aquela pessoa que tinha pago a mais, que é o caso do autor, poderia ter agora o reajuste até aquele patamar máximo.

VIII. Reconhecimento do direito à aplicação imediata do novo teto previdenciário trazido pelas EC nºs 20/98 e 41/03 aos benefícios concedidos anteriormente, e não a sua aplicação retroativa, sem que isso implique em ofensa ao ato jurídico perfeito.

IX. O cálculo da RMI do benefício em questão foi limitado ao vigente à época da concessão, de modo que deve ser readequado aos novos tetos.

X. Ao analisar a sentença impugnada, verifica-se que o MM. Magistrado de primeiro restou omissos quanto ao termo inicial dos efeitos financeiros, afirmando apenas ser devido o pagamento das parcelas atrasadas, respeitada a prescrição quinquenal.

XI. Na ausência de requerimento administrativo, deve ser concedido o pleito formulado desde o ajuizamento da ação, com pagamento das parcelas anteriores a tal data, respeitada a prescrição quinquenal.

XII. No tocante aos juros e a prescrição quinquenal, o pleito do INSS já foi reconhecido na sentença.

XIII. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, observada a Súmula nº 111 do STJ, nos termos do art. 20, §3º do CPC.

XIV. Apelação do INSS e remessa oficial parcialmente providas para fixar o termo inicial dos efeitos financeiros na data do ajuizamento da ação. Apelação do particular provida para majorar os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, observada a Súmula nº 111 do STJ" (fls. 170/171e).

Opostos Embargos de Declaração, foram parcialmente acolhidos, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO DO TETO DO RGPS. EMENDAS CONSTITUCIONAIS NºS 20/98 E 41/03. BENEFÍCIOS ANTERIORES. APLICAÇÃO RESTRITA ÀQUELES QUE SOFRERAM LIMITAÇÃO À ÉPOCA DA CONCESSÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL.

I. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra acórdão que deu parcial provimento à apelação do INSS e à remessa oficial, apenas para fixar o termo inicial do reajuste de benefício previdenciário, e provimento à apelação do particular para majorar os honorários advocatícios.

II. O embargante sustenta que o acórdão da Segunda Turma restou contraditório quanto à aplicação do entendimento firmado no RE 564.354 e omisso quanto à aplicação dos arts. 29, § 2º e 33 da Lei 8213/9, art. 5º, XXXVI e art. 195, § 5º da CF. Aduz que houve omissão quanto ao termo inicial, que defende ser a data da citação e pugna pela aplicação da Lei nº 11960/2009 quanto aos juros e correção monetária. Inexistência de contradição ou omissão.

III. No tocante ao termo inicial, houve erro material apenas no corpo do voto, vez que na emenda resta claro que o termo inicial é a data do ajuizamento da ação. Portanto, onde se lê, no voto: 'Desta forma, no caso, na ausência de requerimento administrativo, deve ser concedido o pleito formulado desde o requerimento administrativo,[..]', leia-se 'Desta forma, no caso, na ausência de requerimento administrativo, deve ser concedido o pleito formulado desde a data do ajuizamento da ação.'

IV. Não há que se falar em omissão no que refere à Lei nº 11.960/2009, vez que o acórdão expressamente se manifestou sobre a questão, conforme pode ser observado no seguinte enxerto do voto: 'No tocante aos juros, o pleito do INSS já foi reconhecido na sentença.'

V. Embargos de declaração parcialmente providos, apenas para corrigir erro material" (fls. 203/204e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, ofensa aos arts. 1.022, II, do CPC/2015, 29, § 2º e 33, da Lei 8.213/91. Sustenta, a parte recorrente, o seguinte:

"Trata-se de ação ordinária em que o autor busca a revisão do seu benefício previdenciário, cuja renda mensal teria sido limitada ao teto máximo da época da concessão, utilizando como fundamento o entendimento do STF no julgamento em repercussão geral do RE

564.354.

O TRF - 5ª Região entendeu que, pelo simples fato de o benefício de o autor ter sido tetado na origem, já teria direito à majoração do seu benefício, nos termos da decisão do STF.

Contra essa decisão, o INSS interpôs embargos de declaração que foram desprovidos por ausência de omissão.

Em que pesem a inquestionável capacidade e o notório saber jurídico dos Ilustres integrantes da r. Turma Julgadora, não pode este Instituto conformar-se com o conteúdo do r., haja vista decisum que o mesmo, consoante se demonstrará, contrariou expressas disposições de lei federal vigente e a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

(...)

Do art. 535 do Código de Processo Civil (Súmula 211 do STJ) ou art. 1.022 do NCPC

O acórdão regional não enfrentou a omissão apontada pelo embargante, violando severamente o disposto no art. 535 do Código de Processo Civil, pois a questão ali levantada - nitidamente omitida no julgado - deveria obrigatoriamente ter sido apreciada pelo Tribunal, sob pena de cerceamento de defesa, tanto mais porque, sem esta apreciação, não se pode levar a matéria às Cortes Superiores, à míngua do prequestionamento.

(...)

Todavia, em apego ao e considerando a princípio da eventualidade hipótese de V. Exas. entenderem, tal como o Regional, que a matéria em discussão já está prequestionada em virtude da tese jurídica defendida ter sido enfrentada, invoca o INSS matéria de mérito propriamente dita.

Os fundamentos do acórdão ora embargado se baseiam na decisão do STF, em sede de repercussão geral, no julgamento do RE 564.354.

Ocorre que há clara contradição entre o entendimento exposto no acórdão e a decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento citado.

Vejamos.

No RE 564.354, o STF garantiu a majoração dos benefícios previdenciários que haviam sido tetados na origem, caso houvesse perdas de valores, por parte dos beneficiários, por ocasião do aumento do teto previsto na EC 20/98 e pela EC 41/03.

Em outras palavras, o simples fato dos benefícios terem sido tetados quando da sua concessão não significa dizer que haverá necessariamente direito à revisão, pois é preciso verificar se algum efeito da incidência do teto ainda remanesce quando da entrada em vigor das EC 20/1998 e 41/2003.

Em termos práticos, no caso em concreto, para fazer esta verificação, deve-se reajustar o valor da renda mensal inicial (sem a aplicação do teto) pelos índices oficiais de reajuste (excluído o

índice-reajuste teto), previsto na Lei nº 8.880/1994, art. 21) até 01/2004, caso o resultado seja superior a R\$ 1.869,34 (teto vigente ao tempo da entrada em vigor da EC 20/98), o segurado tem direito a uma recomposição.

Ou seja, não basta que o benefício tenha sido tetado na origem para que o autor obtenha o direito à majoração pretendida. É preciso que o seu benefício ainda estivesse limitado pelo teto anterior ao previsto na EC 41/03, pois só assim, o aumento previsto na Emenda citada produziria acréscimo no seu benefício, em face da majoração do teto. O julgado ora recorrido, ao entender pelo direito à majoração do benefício, com base apenas no fato de que o salário de benefício havia sido tetado na origem findou por violar os artigos que determinam os tetos previdenciários, no caso, os arts. 29, § 2º e 33 da lei 8213/91, já que os retirou dos cálculos do benefício.

Na verdade, ao assim julgar, está a nobre Turma declarando inconstitucional os tetos estabelecidos nos arts. 29, § 2º e 33 da Lei 8213/91, visto que se a parte autora terá direito à majoração do seu benefício sem a aplicação do teto na origem, o mesmo, restou, por lógico, afastado.

Assim, o acórdão do E. TRF da 5ª Região colidiu com as normas em comento, o que, só por si, autoriza a sua reforma pelo E. Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial" (fls. 217/220e).

Ao final, "demonstrado que foi o cabimento do presente recurso, requer o INSS que sejam conhecidas e acolhidas as razões ora apresentadas para ANULAR o acórdão proferido no julgamento dos Embargos de Declaração, devolvendo-se os autos ao Eg. TRF-5ª Região, para que outro seja proferido com o necessário pronunciamento acerca da matéria apontada. (...) De outro lado, se acaso reconhecido por esta Corte Superior que está suficiente o prequestionamento em face da interposição dos embargos declaratórios, seja dado provimento ao presente recurso especial, reformando-se o acórdão recorrido" (fls. 222/221e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 230/234e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 243/244e).

Não assiste razão ao recorrente.

Destaco, inicialmente, que inexistente a alegada violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

No mérito, o Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"O Pleno do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 564.354, Rel. Ministra Carmem Lúcia, apreciou a questão atinente à revisão da renda mensal dos benefícios previdenciários, a fim que seja aplicado, para aqueles concedidos anteriormente, o novo valor do teto instituído pelas EC nºs 20/98 e 41/03, nos valores de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), nos termos do precedente abaixo transcrito:

DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada.

2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional.

3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (STF. Pleno. RE564354. Rel. Min. Carmem Lúcia, Julg. 8/9/2010. DJ-e 15/2/2011)

No referido julgado, a Ministra Relatora consignou, expressamente, que não se estava discutindo o direito a reajuste automático em face de um novo teto previdenciário trazido por uma emenda constitucional, mas apenas se, majorado o teto, aquela pessoa que

tinha pago a mais, que é o caso do autor, poderia ter agora o reajuste até aquele patamar máximo.

Assim, reconheceu o direito à aplicação imediata do novo teto previdenciário trazido pelas EC n.ºs. 20/98 e 41/03 aos benefícios concedidos anteriormente, e não a sua aplicação retroativa, sem que isso implique em ofensa ao ato jurídico perfeito.

(...)

Ressalte-se que a revisão em questão diz respeito àqueles benefícios que sofreram limitação no momento da sua concessão. Logo, deve-se observar se o salário de benefício resultou em valor superior à época e, por isso, sofreu limitação.

Assim, faz jus o autor a receber não a diferença entre o seu novo teto e o seu salário de benefício, mas sim o valor deste sem o limitador que fora aplicado à época.

Ao analisar a sentença verifica-se que o MM. Magistrado de primeiro restou omissos quanto ao termo inicial dos efeitos financeiros, afirmando apenas ser devido o pagamento das parcelas atrasadas, respeitada a prescrição quinquenal" (fls. 167/169e).

Como se observa da leitura do trecho acima transcrito, vê-se claramente que a solução da controvérsia, para, mediante a aplicação dos tetos máximos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003, revisar o benefício da parte autora, foi dirimida pelo Tribunal de origem sob enfoque exclusivamente constitucional, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

Neste contexto, é inviável o exame do mérito da insurgência, tal como posta, em sede de Recurso Especial, que se restringe à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência no sentido de que "não cabe a esta Corte, em recurso especial, o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, da Carta Magna" (STJ, AgRg no AREsp 470.765/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2014).

Sobre o descabimento do exame de matéria, decidida, pelo Tribunal **a quo**, sob enfoque exclusivamente constitucional, em Recurso Especial, o seguinte precedente:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. INCIDÊNCIA DOS NOVOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. DECADÊNCIA AFASTADA. APLICAÇÃO AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DE 5.4.1991.

CONTROVÉRSIA SOLVIDA COM BASE EM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. O prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 aplica-se somente aos casos em que o segurado busca a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário.
2. A pretendida extensão do disposto no mencionado dispositivo legal ao caso dos autos - revisão da renda mensal no intuito de que sejam observados os novos valores do teto definido nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, ou seja, reajustamento da renda mensal inicial - é inadequada, porquanto o autor requer aplicação de normas supervenientes à data da concessão do benefício.
3. **No que tange à alegação de que é indevida a readequação do valor dos benefícios concedidos antes de 5.4.1991, verifica-se que a Corte regional solucionou a controvérsia com base em fundamentação eminentemente constitucional. Assim, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, sob pena de violação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.**
4. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.673.285/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. BENEFÍCIO ANTERIOR À CF/88. MENOR E MAIOR VALOR-TETO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA EM INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Na hipótese dos autos, não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado, manifestando-se de forma clara sobre o fato de que o entendimento do STF também é aplicado aos benefícios concedidos antes da vigência da Constituição Federal de 1988, época em que a legislação previdenciária também estabelecia tetos limitadores, no caso o menor e o maior valor-teto, aplicáveis ao valor do salário de benefício (arts. 21 e 23 da CLPS/84, arts. 26 e 28 da CLPS/76 e art. 23 da LOPS).
2. Outrossim, **extraí-se do acórdão objurgado que o entendimento da Corte de origem está integralmente fundamentado em dispositivos constitucionais e interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal à *quaestio iuris*, razão pela qual descabe ao STJ se manifestar sobre a vexata questio, sob pena de**

invasão da competência do STF.

3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.664.638/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

No mesmo sentido as seguintes decisões: STJ, REsp 1.682.580/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 21/08/2017; STJ, REsp 1.684.649/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 16/08/2017; STJ, REsp 1.662.697/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 09/08/2017.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial. Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora